REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)...	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

12.º ANNO — VOLUME XII — N.º 389

11 DE OUTUBRO DE 1889

REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO

LISBOA L. DO POÇO NOVO, ENTRADA PELA T. DO CONVENTO DE JESUS, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos.

MELHORAMENTOS DE LISBOA—FONTE MONUMENTAL EM CONSTRUCÇÃO NO ROCIO (Desenho de L. Freire)

CHRONICA OCCIDENTAL

O tristissimo acontecimento, que nos tomou toda a chronica do ultimo numero, a morte do sr. infante D. Augusto, não nos permittiu que nos occupassemos n'ella, como era nosso dever e desejo, d'um importantissimo acontecimento diplomatico, que é do mais alto alcance e do mais alto interesse para a nossa litteratura e para a nossa arte—a convenção litteraria e artistica celebrada com o Brazil em 9 do mez de setembro passado.

Ha muitos annos que os litteratos e os artistas portuguezes reclamavam instantemente um convenio que lhes garantisse a propriedade das suas obras no Brazil, que no fim de contas é o unico mercado aberto á exploração das lettras portuguezas, e os governos do nosso paiz tendo celebrado tratados litterarios internacionaes com a França, com a Hespanha e com a Belgica, tratados em que Portugal tinha tudo a perder e nada a ganhar, porque a reciprocidade de direitos e de garantias dada n'essas convenções não tinha applicação pratica desde o momento em que, nem as nossas obras litterarias nem as nossas obras artisticas tem ingresso no mercado d'esses paizes—procuravam em vão celebrar um tratado litterario com o Brazil, unico que nos era util e vantajoso.

Finalmente a reluctancia que durante dezenas d'annos o Brazil oppoz á celebração d'esse tratado, ao reconhecimento do direito de propriedade litteraria e artistica que o mundo moderno reconhece e acata como um dos mais sagrados direitos, desappareceu em face do grande movimento feito n'estes ultimos tempos na Europa em favor d'esse direito; movimento cuja iniciativa brilhante e poderosa se deve á França, e no dia 9 de setembro firmou-se entre os dois paizes, Brazil e Portugal um tratado que garante reciprocamente aos homens de lettras e aos artistas brazileiros e portuguezes a propriedade do seu trabalho em qualquer dos dois paizes.

Felicitâmos vivamente o governo portuguez por esse accordo a que chegou e congratulamo-nos com os nossos collegas brazileiros pela celebração d'esse tratado, que reconhece e garante, em fim, a propriedade do trabalho intellectual, essa propriedade que hoje é reconhecida e garantida em quasi todos os paizes da Europa.

Parece-nos perfeitamente ocioso estar a encarecer os interesses enormes que da convenção com o Brazil devem resultar infallivelmente para as nossas lettras.

Como toda a gente sabe o Brazil é o unico mercado estrangeiro onde os livros portuguezes tem curso, e mercê das grandes dimensões do Brazil, esse mercado póde-se dizer affoutamente o mais importante que as lettras portuguezas tinham a explorar, mais importante ainda que o mercado portuguez, porque ao passo que este consome mil exemplares de qualquer obra, o Brazil consome cinco e seis mil exemplares d'essa mesma obra, apesar mesmo da contrafacção, que até agora se dava sempre ou quasi sempre com as obras de certa importancia e que tinham acceitação no Brazil.

Porque essa contrafacção, desde o momento em que não havia tratado era perfeitamente legal, e contra ella nada se podia fazer.

Alguns auctores e editores portuguezes com uma esperteza ingenua julgavam evitar essa contrafacção declarando no frontispicio do livro que a propriedade d'esse livro no Brazil pertencia ao sr. Fulano de Tal, subdito brazileiro.

O livro chegava lá e os editores portuguezes ou brazileiros residentes no Imperio faziam logo d'elle numerosas edições sem que ninguem lhe fosse á mão, sem que ninguem podesse protestar.

Porque a questão é tudo o que ha de mais simples e claro.

Para que um editor ou um auctor portuguez pudesse ceder a propriedade da sua obra no Brazil, era necessario, era indispensavel que tivesse essa propriedade.

Ora desde o momento que não havia tratado com o Brazil, os portuguezes não tinham a propriedadade das suas obras no Brazil e não tendo essa propriedade não a podiam ceder a ninguem, pela razão clarissima e velhissima de que para ceder uma coisa, a primeira condição indispensavel é tel-a.

Apesar d'isto ser tão claro, tão logico e tão incontestavel a ignorancia enorme que ha entre nós ácerca das questões de propriedade litteraria, gnorancia mesmo em pessoas interessadas no assumpto, fez com que a principio essa tal declaração do editor ou auctor estrangeiro no frontispicio da sua propriedade pertencer a um determinado sujeito, produza certa impressão. E esta ignorancia não se dá cá entre nós, parece, porque ainda ha dias lemos em varios jornaes a noticia de que um editor italiano, o sr. Ricordi, acabava de adquirir para todo o mundo a propriedade *exclusiva* de uma porção d'obras.

Essa noticia mostra a ignorancia absoluta ácerca das leis, que regulam a propriedade litteraria entre nós.

O sr. Ricordi ou outro qualquer editor italiano póde ter a propriedade das obras por elle editada para todo o mundo excepto para Portugal, e pela rasão simples d'entre Portugal e Italia não haver tratado de propriedade listeraria e de por conseguinte entre nós se não reconhecer o direito de propriedade das obras publicadas em Italia, como em Italia não se reconhece a propriedade das obras publicadas em Portugal.

E desde o momento em que as obras litterarias e artisticas italianas não tem direito de propriedade reconhecido em Portugal, os auctores não podem nem ceder nem vender essa propriedade a pessoa alguma, pela razão obvia de que não tem essa propriedade.

Em Portugal só se reconhece a propriedade litteraria das obras publicadas em territorio portuguez segundo as disposições do capitulo 2.º, artigos 570 a 612 do Codigo civil.

A propriedade d'obras publicadas em territorio estrangeiro só é reconhecida desde que com esses paizes ha convenções especiaes e é reconhecida debaixo das condições e formulas n'essas convenções determinadas.

Até agora Portugal tinha apenas convenção litteraria com tres paizes, a França, a Hespanha e a Belgica, e portanto só os auctores ou editores de obras publicadas no territorio d'estes tres estados gozam do direito de propriedade das suas obras em Portugal, e ainda assim esse direito é restricto a condições especiaes e sujeito ao cumprimento das formalidades prescriptas nas respectivas convenções.

Os editores ou auctores d'obras publicadas n'outros paizes podem fazer as declarações que quizerem, podem ceder ou vender a propriedade em Portugal a quem lhes approver, que essas declarações, cedencias ou vendas são completamente nullas em face das leis vigentes, não tem valor e importancia alguma.

Era exactamente isto o que nos acontecia no Brazil, e que vae deixar de acontecer d'hoje em diante, mercê do tratado concluido, que garante reciprocamente a propriedade das obras litterarias nos dois paizes, ignorando nós por emquanto o tempo de duração d'essa garantia e as formalidades exigidas para a obter, visto o tratado não ter sido ainda publicado na sua integra.

Dos tres tratados litterarios actualmente existentes, dois são quasi identicos, os tratados com a França e com a Belgica: o da Hespanha porém é differente e é o que mais amplamente reconhece a propriedade litteraria, não obrigando a nenhuma formalidade previa de registo e bastando para que a obra Hespanhola tenha os seus direitos em Portugal, como se fosse portugueza e vice versa, que esses direitos lhe sejam conhecidos segundo as suas leis respectivas.

Não sabemos por qual d'estes dois typos foi feito o tratado com o Brazil, em todo o caso fosse por um, fosse por outro, a differença é pequenissima, visto a lingua dos dois povos ser a mesma e não se tratar portanto do direito de traducção, direito em cuja garantia mais divergem esses dois typos de convenção.

Na convenção com a Hespanha o direito de traducção da obra hespanhola pertence ao seu auctor como se elle fôra portuguez, e segundo as nossas leis, nas convenções com a França e com a Belgica esse direito só pertence aos auctores pelo espaço de 5 annos, e ainda assim debaixo de condições restrictas e especiaes.

Em quanto ao direito de reproducção esse é garantido aos auctores Hespanhoes, sem a formalidade previa de registo, como já dissemos pelo prazo que esse direito for reconhecido pelas leis portuguezas aos auctores nacionaes, isto é toda a sua vida e 50 annos depois da sua morte, e aos auctores francezes e belgas, durante o tempo que as suas leis respectivas lh'os garantem mas com a condição de fazerem registar as suas obras nas legações de Portugal, ou no Ministerio do Reino dentro do prazo de 3 mezes a contar da publicação d'ellas.

Em qualquer dos casos portanto, ou se adoptasse o typo da convenção com a Hespanha, ou das convenções com a França e a Belgica para a convenção feita com o Brazil, o resultado era o mesmo, porque com o Brazil não ha o direito de traducção, mas simplesmente o de reproducção e esse, amplamente garantido em ambas com a differença de formalidade de registo, e por todos os modos essa convenção é um beneficio enorme feito aos homens de lettras portuguezas, alem d'uma grande obra de justiça, do reconhecimento do sagrado direito que todo o homem que trabalha tem ao fructo do seu trabalho, ao producto da sua intelligencia.

A respeito da sinistra tragedia no Tejo, que narrámos na nossa penultima chronica e que tanto impressionou Lisboa desvaneceram-se as ultimas esperanças que havia da salvação d'alguns dos naufragos.

Faltavam tres cadaveres, os das duas crianças e o do sr. Leitão, e essa falta fizera nascer esperanças muito tenues sim, mas não de todo injustificadas, que o sr. Leitão se tivesse podido salvar a bordo d'algum barco, que passasse e salvando juntamente comsigo as duas creanças.

Infelizmente duraram pouco essas esperanças, e dias depois o mar arrojou á praia o cadaver do sr. Leitão e o d'uma das crianças, o do filho do sr. Olympio Ferreira.

O cadaver do filho do sr. Thomaz d'Oliveira, esse não appareceu ainda, mas a sua ausencia não dá logar á mais ligeira esperança, á mais tenue conjectura de salvação, pois nem é crivel nem verosimil, que essa infeliz criança se salvasse, e tudo leva a crer que o seu cadaver ou ficou por ali preso em algum rochedo, ou foi levado pela corrente para o alto mar.

E assim terminou lugubremente, sem que uma só das hypotheses risonhas que se tinham formulado se realisasse, esta medonha catastrophe, cujos promenores, cuja origem ficarão sendo um eterno enygma.

Gervasio Lobato.

AS NOSSAS GRAVURAS

MELHORAMENTOS DE LISBOA

AS FONTES MONUMENTAES DO ROCIO

A camara municipal de Lisboa, no seu empenho de aformosear a capital, tem emprehendido n'estes ultimos annos importantes melhoramentos, em que avulta principalmente a Avenida da Liberdade, o mais vasto passeio e a mais bella via publica que Lisboa hoje tem.

No intuito de embelezar a praça de D. Pedro (Rocio) resolveu collocar ali duas fontes monumentaes, que já se acham em construcção.

Não abundamos muito na idéa de tal embellezamento, no entanto mais se justificaria se essas fontes fossem um producto da arte nacional.

Teriam a vantagem de serem unicas e de representarem o trabalho de artistas portuguezes, que os ha muito capazes de imaginarem quantas fontes monumentaes a camara municipal quizesse collocar por essa Lisboa.

Em toda a parte estes embellezamentos obedecem a duas idéas—a de embellezar uma cidade, e a de dar que fazer aos seus artistas, tudo que não seja isto é demasiado brazileiro para uma capital da Europa.

As fontes que se estão construindo no Rocio e de que reproduzimos o desenho em nossa primeira pagina, formam uma bacia de pedra a meio da qual se ergue um grupo de figuras sustentando duas ordens de taças, tudo fundido em ferro bronzeado.

O grupo é bonito, como se pode vêr pela estampa, e é producto da fabrica de fundição de Val d'Osne, que terá fornecido exemplares identicos para varios jardins de ricassos, ou para algumas cidades de provincia. Entretanto Lisboa poderá apresentar á pasmaceira indigena e á critica dos estrangeiros dois exemplares d'essas fontes n'uma das suas primeiras praças.

Afinal talvez haja coherencia n'isto. Os iniciadores d'este melhoramento na capital talvez sejam amadores de oleographias e as tenham nas suas salas como se foram os quadros originaes.

A MALA REAL PORTUGUEZA

O PAQUETE «REI DE PORTUGAL»

O engrandecimento das nossas colonias, está sendo no nosso tempo uma idéa dominante, que se vae reduzindo á pratica e de que ha a esperar o mais

auspicioso futuro, de que o presente é bom agouro.

A necessidade de desenvolver a navegação para a Africa portugueza, começa a sentir-se fortemente, como meio de estreitar as relações com aquelle paiz e de lhe facilitar os meios de progresso de que ha mister.

A Mala Real Portugueza vem afervorar essas relações, e bem irá a Portugal e á Africa quando entre os dois paizes se sustentar uma navegação tão frequente como a que hoje tem com o Brazil, ainda que por meio de paquetes estrangeiros!

É por isso que saudamos enthusiasmados a nova navegação para Africa, nós que tanto temos pugnado desde o principio do nosso periodico pelo engrandecimento d'aquelle grande paiz, por tantos annos descurado pelo mais deploravel erro da politica portugueza.

Estamos convencidos que mais alguns annos de propaganda e de trabalho em favor da nossa Africa, ella deixará de ser terra de degradados, para ser um imperio commercial, civilisado e prospero que encherá de orgulho o velho Portugal, tão injustamente apreciado pelas nações a quem elle abriu a navegação dos mares, e que d'elle adquiriram tantos paizes onde a bandeira das quinas foi a que primeiro se desfraldou aos ventos das florestas virgens.

Tinhamos um mundo, mas ainda nos resta um imperio; e depois de todas as dadivas e mutilações ainda somos a nação da Europa que possue mais vastos dominios coloniaes!

Tal era o colloso!

Pois bem, cuidar d'esses dominios deve ser hoje um dos nossos principaes fictos, e por isso honra a todos que vem lidar n'esta santa causa.

A Mala Real Portugueza que inaugurou as suas carreiras para Africa, em 15 de agosto ultimo, com o vapor Tungue, vem prestar um relevante serviço aos dois paizes, vem secundar os esforços feitos pela Companhia Nacional que ha annos mantinha uma carreira mensal para Africa, e como o progresso é exigente cada vez mais, esta companhia já duplicou as suas carreiras, dando em resultado, que hoje temos tres carreiras mensaes para os portos d'Africa, indo os vapores da Mala Real Portugueza até á Africa Oriental, no que se avantajam á antiga companhia cujo termino das suas viagens é Loanda.

A organisação definitiva da parceria da Mala Real Portugueza foi em 27 de junho de 1888, dia em que se formou a sociedade, composta dos srs. Alfredo d'Oliveira Souza Leal, Antonio Montenegro & C.ª, Antonio de Souza Carneiro Lara, Souza Lara & C.ª, Marquez da Foz, Conde Daupias, Francisco Pereira Cabral, Antonio Julio Machado, Arnaldo Navarro, Alexandre Peres, José Cezar d'Araujo Rangel, Antonio de Queiroz Montenegro, Manoel Joaquim Alves Diniz, George Lambert, Euzebio Serordio Gomes, João Baptista de Macedo & Irmão, José d'Almeida Baptista, João Gonçalves Pereira Bastos, José da Costa Pedreira, Antonio Azancot, Manuel Joaquim de Souza, Jeronymo de Serpa Chambel Quaresma, Nicolau José da Costa, Antonio Gonçalves Ramalhete, Dr. Jorge Rivotti, Candido Rodrigues, Francisco de Souza Carneiro, Bento José Pereira, Jesuino Antonio Pereira, Miguel Maria Bravo, José da Cruz, Ernesto Driesel Schroeter, Antonio Alves Gouvêa, Domingos Martins da Costa Ribeiro, José d'Almeida Baptista Junior e a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Atravez d'Africa.

Esta sociedade obteve a transferencia do contracto celebrado em 4 de junho de 1887 entre o governo portuguez e os srs. Alfredo d'Oliveira Souza Leal e Antonio de Souza Carneiro Lara para a navegação para Africa, no qual contracto o governo concede o subsidio annual de 98:000$000.

As carreiras que este contracto estabeleceu são as seguintes:

Uma carreira mensal entre Lisboa e Mossamedes com escala na ida e na volta por S. Vicente ou S. Thiago, S. Thomé e Loanda.

Uma carreira mensal entre Mossamedes e o Ibo, com escala na ida e na volta por Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane e Moçambique, devendo prolongar-se até Zanzibar se assim fôr necessario para assegurar as communicações regulares entre Moçambique e a India portugueza,

Uma carreira supplementar mensal entre os portos de Chiloane, Sofala, Pungue e Inhamissengo, ligando com a segunda carreira em Quilimane.

Os vapores que a Mala Real Portugueza adquiriu para este serviço são: *Rei de Portugal*, *Loanda*, *Moçambique* e *Malange* de 3:400 toneladas cada um e feitos expressamente.

O *Ibo*, de 1:500 toneladas adquirido á primeira sociedade, e o *Tungue* e *Rovuma* de 400.

Estes tres ultimos vapores são destinados ás carreiras entre a Africa Occidental e Oriental sendo o *Rovuma* para a navegação entre os portos da Africa Occidental.

O paquete *Rei de Portugal* que largou do Tejo no dia 16 de setembro com destino a Mossamedes, é egual aos outros tres vapores destinados á mesma carreira.

É um bello navio que reune todos os aperfeiçoamentos que se tem feito nas construcções navaes.

Foi fabricado pelos constructores Scott & C.ª de Creenok.

A sua medida e lotação é:

Maximo comprimento, 363; bocca, 42'; pontal, 28 6"; deslocamento em 21'11" de callado, 5.300 toneladas; tonelagem de registro, 3.500 toneladas; machinas: triplice expansão, desenvolvendo a força de 4:000 cavallos indicados; marcha media obtida nas experiencias feitas no rio Clyde, 14 1/2 knots.

Tem accommodações para:

75 passageiros de 1 classe; 25 ditos de 2.ª classe; 120 ditos de 3.ª classe; 12 degradados e 240 praças.

A 2.ª classe é quasi egual á 1.ª Na 3.ª tambem ha commodidades que devem agradar aos passageiros.

Toda a illuminação é electrica, mas tem supplementar de petroleo.

Do *Rei de Portugal* já houveram noticias de ter chegado a S. Thomé com 13 dias de viagem tendo feito escala por S. Vicente, provando assim o bom andamento d'este barco.

Para completar esta noticia resta-nos dizer que a direcção da *Mala Real Portugueza*, está confiada aos socios srs Antonio Julio Machado, Alfredo d'Oliveira Souza Leal e João Gonçalves Pereira Bastos. que está desempenhando o serviço do sr. Arnaldo Navarro, e o sr. Antonio Souza Carneiro Lara, supplente no impedimento dos directores effectivos.

Esta direcção administrará a parceria durante os primeiros seis annos.

CAPELLA DE S. JORGE EM ALJUBARROTA

Na estrada que conduz de Lisboa ao Porto, entre Aljubarrota e a Batalha, encontra-se uma pequena capella, tão humilde e tão derruida como um ermiterio de aldeia pobre e quasi despovoada.

Para o transeunte indifferente ou ignorante o pequeno templo passa desapercebido na sua modesta fabrica descurada, mas para o que conhecer alguma cousa da historia portugueza, attentará reverente, e o seu coração pulsará mais apressado, possuido de commoção, como que em presença de um quadro que recorde qualquer grande feito, que deixe de si eterna memoria.

É que essa pequena capella recorda uma grande de acção, é o monumento singelo e piedoso que commemora a independencia de um paiz, que em um dado momento historico esteve dependente da sorte das armas, na guerra mais arriscada e desproporcionada que talvez se tem ferido entre ostis aguerridas — a batalha d'Aljubarrota.

Sim, foi ali, n'aquelle sitio e suas immediações que se mediram os dois exercitos, o que vinha conquistar e o que defendia a independencia da patria. Foi ali que o exercito de Castella, composto de trinta e um mil homens e tendo por chefe o proprio rei D. João I, e o pequeno exercito de Portugal, que apenas contava seis mil e quinhentos combatentes, capitaneados pelo Mestre de Aviz D. João I e pelo valoroso D. Nuno Alvares Pereira, se encontraram e feriram a batalha.

N'essa batalha, como se sabe, decidia-se da independencia de Portugal, pois que D. João I de Castella, queria fazer valer os direitos do seu contracto nupcial cavilosamente celebrado com o fraco rei D. Fernando, sob a inflencia nefasta da rainha sua mulher D. Leonor Telles, por occasião do seu casamento com a infanta D. Beatriz filha unica de D. Fernando.

Este contracto dava a D. João I de Castella o direito ao throno de Portugal por morte de D. Fernando se este morresse sem deixar filho legitimo varão, permittindo a D. Leonor Telles a regencia do reino até que a infanta sua filha tivesse um filho chegado á idade de 14 annos a quem então entregaria o governo.

A revolução do mestre d'Aviz contra o governo de D. Leonor Telles, mudou completamente o estado das cousas, e portanto annulou as condições do contracto a que nos referimos; e D. João I de Castella depois de tentar pela força das armas fazer valer os seus direitos, pondo cerco a Lisboa valorosamente defendida pelo Mestre d'Aviz, tentou segunda campanha, para a qual reuniu o melhor de seu exercito, e entrou desassombradamente em Portugal a dar batalha nos campos de Aljubarrota.

Era, portanto, uma lucta desesperada e decisiva a que se ia travar. A superioridade do inimigo era enorme, em presença do pequeno exercito portuguez. Só uma grande fortuna das nossas armas poderia dar-nos a victoria, e Deus foi por nós, porque o exercito portuguez triumphou do modo mais completo, ficando o exercito inimigo completamente derrotado, no mais desastroso combate, em que nada salvou, fugindo uns com o seu chefe D. João I de Castella em desordenada fuga, emquanto os mais jaziam moribundos no campo ou se entregavam a discripção.

Então como hoje bem se podia atribuir a milagre um tal feito, e porque n'aquelles tempos a crença religiosa dominava os corações, o rei D. João I assignalou a sua fé levantando o maravilhoso convento da Batalha em cumprimento do voto que fizera em campanha, e D. Nuno Alvares Pereira, que não dispunha das rendas do Estado, mandou construir a pequena capella, que reproduzimos na nossa gravura, dedicada a S. Jorge invocado pelos portuguezes no ardor da peleja, em memoria d'aquelle glorioso feito..

A capella de S. Jorge, na sua primitiva construcção parece que se limitava a parte que hoje constitue a capella-mór d'este pequeno templo, a qual é exteriormente ameada, e interiormente em estylo ogival, tendo no fecho da aboboda artezoada um relevo representando o pelicano e a rede, emblema de D. João II, o que faz suppor que este monarcha reconstruio o edificio.

A parte do edificio que liga com a capella-mór, é evidentemente uma construcção muito posterior á primitiva, apezar de bastante arruinada, faltando-lhe já o alpendre de que restam apenas as bases. assim como um pulpito de pedra derruido.

N'um dos altares lateraes d'esta capella, vê-se uma imagem de S. Jorge com o dragão, esculpida em pedra, e que deve ser da primitiva do templo, pela qualidade da escultura bastante rude e egnua.

É esta esculptura do seculo XIV, que a nossa gravura reproduz, como curiosidade historica.

THOMAZ EDISON

AUCTOR DO PHONOGRAPHO

O celebre electricista acaba de visitar a Europa, sahindo da sua America e vindo até Paris apresentar o seu phonographo que passou por uma completa transformação.

Thomaz Alva Edison, um dos mais prodigiosos espiritos do nosso seculo, conta hoje 41 annos de idade e desde 1869 que principiou a estudar a electricidade, cogitando no modo de melhor a aproveitar, como elemento prestavel e util para a humanidade, alem dos que naturalmente se lhe utilisam.

Filho de paes pobres, e com uma educação limitada, só aos vinte annos pensou n'esse estudo, suggerido pela telegraphia ao empregar-se como telegraphista.

De tal modo o telegrapho o impressionou e comprehendeu toda a latitude do grande invento, que pensou para si que elle tambem seria capaz de inventar, e principiou por querer simplificar a transmissão simultanea dos telegrammas por meio de um só fio.

Foi-lhe, porém, roubada esta idéa, o que não o desanimou e antes lhe deu incentivo para novas descobertas.

Uma d'essas descobertas foi o phonographo que apresentou em 1878, pela primeira vez no gabinete da redacção do *Scientific American* de New-York, collocando o seu pequeno apparelho sobre uma meza e fazendo com que elle perguntasse aos redactores do jornal, — como estavam de saude e se gostavam d'elle.

Esse apparelho era então muito mais simples e por isso mais imperfeito do agora apresentado, e o autor tanto reconheceu a imperfeição do seu invento, — que não obstante se podia considerar uma maravilha, — que continuou a estudal-o para o aperfeiçoar ao ponto em que hoje se acha e o veio apresentar em Paris e depois em Lisboa como tivemos occasião de o ouvir, na sessão que o sr. Carlos Monteiro e Souza, representante de Tomaz Edison, realisou nas salas do *Commercio de Portugal*, em a noite de 5 do corrente.

O novo phonographo baseando-se nos mesmos principios que o primeiro, tem sobre este a vantagem de ser mais sonoro e nitido na reproducção dos phonogrammas, e das suas placas phonographicas, compostas (segundo diz o auctor) de uma massa combinada de sabão e cera, offerecerem maior duração que as antigas de estanho, poden-

do reproduzir mais de quinhentos phonogrammas sem se inutilisarem pelo attricto.

Alem d'isto o novo phonographo é movido por meio de electricidade ou com um pedal combinado com um systema de rodas que lhe permitte movimento mais rapido ou mais moroso, conforme a intencidade de que ha mister, mas sempre regular como o movimento d'um relogio.

Vimos funccionar o phonographo sobre uma mesa, e á primeira vista parecia-nos uma machina de costura de Singer. Duas pequenas caixas de madeira polida contem o famoso instrumento; em uma d'ellas funcciona o cylindro metallico revestido da placa receptora dos sons, sobre o qual se applicam dois diaphragmas, um destinado a transmittir os sons á placa, quando o apparelho está preparado para os receber, e outro destinado a transmittil-os aos ouvintes quando o mesmo apparelho está disposto para este fim. Estes diaphragmas são fixos e ajustam-se á placa que gira no cylindro.

Na outra caixa, em communicação com a primeira, funcciona o mechanismo que regula o movimento do apparelho, e que está em contacto com uma pilha electrica de Grenet, ou com um pedal apropriado.

Foi na presença de um auditorio composto de medicos, jurisconsultos e jornalistas, que o sr. Monteiro de Souza fez funccionar o phonographo de Edison, principiando pelo phonographo se apresentar e comprimentar os circumstantes, e depois reproduzir varios phonogrammas, em que tivemos occasião de ouvir Pinheiro Chagas elogiando o grande invento de Edison, o hymno real e uma marcha de guerra tocada pela charanga de artilheria n.º 1, um concerto de cornetim tomado em Londres, um trecho de musica da *Carmen* cantado por Francisco de Andrade no theatro de Londres, dois trechos da opera *Flabia* do maestro Souvinet tocados pelo mesmo anctor em piano, e todos estes phonogrammas reproduzidos com a clareza e nitidez sufficiente para serem apreciados, muito especialmente na audição directa, isto é, por meio de pequenos tubos de cautechouc aplicados aos ouvidos.

As vantagens praticas do phonographo são faceis de conhecer, e já hoje em Londres e na America se emprega o phonographo como um excellente transmissor de ordens directas entre os chefes de casas commerciaes e seus empregados, da seguinte forma.

O dono da casa recebe e lê a correspondencia e depois transmite as respostas ao phonographo. Este é transportado para junto do empregado que deve escrever essas respostas ou mandar cumprir as ordens do seu chefe, e do phonographo ouve o que deve fazer como se fosse do proprio patrão etc, sem que nenhum tenha de se tirar do seu logar.

O mesmo se póde aplicar nas secretarias de estado, etc.

Os depoimentos de testemunhas archivados no phonographo não poderão ser alterados.

Um enfermo proximo da morte poderá confiar o seu testamento ao phonographo.

As palavras dos oradores de qualquer assembléa serão religiosamente guardadas pelo phonographo.

Os dicursos dos grandes oradores do mundo ou o canto dos cantores mais celebres poderão ser transmittidos ás gerações futuras, preciosamente guardados no phonographo.

Eis o grande invento de Thomaz Edison cujo retrato illustra este artigo, e de que o mundo tem a aproveitar a sua grande utilidade.

MALA REAL PORTUGUEZA—O PAQUETE «REI DE PORTUGAL» (Desenho de J. Pardal)

O CASTELLO DE GUIMARÃES

(Continuado do n.º 388)

III

Não decorreram muitos annos sem que resoassem mais uma vez os gritos de guerra junto aos muros de Guimarães.

Pouco depois de ser acclamado rei de Portugal nas côrtes de Coimbra com o nome de D. João I (1385), o mestre de Aviz tratou de sujeitar á sua obediencia os castellos e terras principaes do reino, que reconheciam a auctoridade do rei de Castella. Partiu, pois, para o Porto, e d'alli seguiu á frente de 300 cavalleiros em direcção a Guimarães.

Em virtude de concerto, pouco antes feito entre el-rei e pessoas influentes na villa, foi esta, durante a noute, entrada e tomada pela hoste do mestre de Avis.

Não teve, porem, el-rei D. João I igual fortuna com o castello. O alcaide, Ayres Gomes da Silva, apesar de octagenario e enfermo, sentindo-se forte dentro d'aquellas altas muralhas, e no meio dos seus oitocentos homens de armas, estava resolvido a sustentar a fortaleza a todo o transe pelo rei de Castella.

Foi cercado e combatido o castello pela hoste do mestre de Aviz, já muito augmentada com os patriotas vimaranenses, que accorreram a alistar-se sob as suas bandeiras.

Succederam-se, portanto, os assaltos uns após outros, obrando-se de parte a parte gentilezas de valor até que em fim, perdendo o alcaide a esperança de ser soccorrido, rendeu-se por capitulação.

IV

Em uma das extremidades de Guimarães, entre o norte e leste, estendem-se umas fileiras de casas, tão pequenas, tão humildes e velhas, que mais parecem uma pobre aldeia do sertão, do que um bairro de uma cidade. Todavia, se a riqueza e a arte lhes recusaram os dotes que attrahem a attenção do viajante, concederam-lhes os seculos por nobreza brazão de remota antiguidade. Esse mesquinho bairro é o antiquissimo burgo que precedeu, como já disse, a villa, hoje cidade de Guimarães.

Levanta-se, pois, o velho alcaçar junto d'essa casaria, campeando senhorilmente sobre throno de rochas, em uma collina pouco elevada.

Compõe-se o castello de sete torres quadrangulares, unidas por laços de altas muralhas ameiadas, e da torre da menagem, muito mais elevada do que as outras. Duas das sete torres defendem a porta principal da fortaleza, e lhe apertam a pas-

sagem. Outras duas guardam a porta que dava sahida para o campo extra-muros, e que olha para o norte. As tres restantes guarnecem as muralhas entre as duas portas, uma do lado de oeste e duas da parte de leste. Todo o castello está construido de grossas pedras de granito.

Encosta-se exteriormente á muralha uma escada de pedra, que conduz ao adarve, passeio que vae correndo sobre os muros, em volta das ameias, com bastante largueza para os soldados d'ahi defenderem o castello.

As torres são coroadas por terrados, orlados de ameias, para os quaes se sobe por escadas de pedra, que, principiando nos adarves, vão encostadas ás paredes exteriores das mesmas torres.

É pouco espaçoso o ambito que as muralhas e a torre de menagem deixam livre no interior da fortaleza. Terá, pouco mais ou menos, 52 metros de comprimento e 36 de largura.

É no centro exactamente d'este espaço que se ergue a torre de menagem, tambem quadrangular e com sua corôa de ameias. A porta de entrada fica no mesmo nivel do adarve da muralha fronteira, o qual servia outr'ora de apoio á ponte levadiça. D'ahi para baixo não se vê na torre portas nem frestas. Todo esse vão interior era destinado para deposito de mantimentos, no caso de cêrco. D'alli para cima era a torre dividida em tres pavimentos apenas allumiados pela escassa luz que a furto se côa pelas estreitas e pequenas frestas abertas nas quatro paredes.

Presentemente já não existe a ponte levadiça, nem a distribuição dos pavimentos; mas ve-se o logar e vestigios d'elles, assim como se divisam sobre o porta as aberturas a modo de oculos, por onde corriam as cadeias de ferro que suspendiam e baixavam a ponte.

Segundo se lê nos escriptores dos seculos XVII e XVIII, que trataram das antiguidades de Guimarães, via-se, á entrada d'esta torre gravada em uma pedra, a seguinte inscripção: *Via maris.* (caminho do mar). Algum d'estes auctores pretendem derivar d'esta inscripção o nome de Guimarães, dizendo que é corrupção de *Vimaranes.* O que é certo, por constar de esculpturas contemporaneas, é que se chamava *Vimaranes* a quinta em que a condessa Dona Muma edificou o seu mosteiro duplex benedictino, mais tarde convertido em collegiada e Nossa Senhora da Oliveira. Quanto a inscripção, se existiu, gastou-a o tempo. Tendo visitado este castello em differentes occasiões, não obstante minuciosas investigações que fiz, não descobri vestigio algum d'ella.

Além da sua importancia, como monumento de remota antiguidade, e por ser a unica fortaleza do seculo X, que existe no paiz em bom estado de conservação, encerra este castello, como joia em precioso cofre um padrão historico de alto valor: os restos do paço, onde nasceu o glorioso fundador da monarchia portugueza.

S. JORGE, ESCULPTURA DO SECULO XIV

EXISTENTE NA CAPELLA DE S. JORGE EM ALJUBARROTA

O paço do conde D. Henrique de Borgonha e da rainha D. Thereza occupava todo o lado de oeste do castello, desde a torre visinha das duas, que defendem a porta principal da fortaleza, até ás duas torres, que estão de guarda á porta do norte. As paredes do paço da parte do oéste e norte apoiam-se sobre as muralhas do castello, e conservam-se inteiras, com as suas janellas, mostrando perfeitamente a divisão dos aposentos. As outras paredes do lado de léste e sul teem por assento o mesmo sólo em que se levanta a fortaleza porém ambas se acham aluidas em toda a sua metade superior.

Constava o paço de dois andares, mui baixos e acanhados. As janellas da frontaria de oéste conservam-se em bom estado. São pequenas, quadradas e divididas ao meio por um pilar de cantaria oitavado. A verga é direita e sextavada, e da mesma maneira as ombreiras. As janellas teem assentos de pedra. Todas as janellas, portas e frestas do castello e da torre são de verga direita, no que encontrarão os estudiosos uma proficua lição sobre a architectura na epocha da condessa Dona Muma e do conde D. Henrique de Borgonha, isto é, nos seculos X e XI, nos quaes ainda não tinha entrado em o nosso paiz o estilo gothico, ou ogival.

A maior sala do paço tem duas janellas, abertas nas extremidades, deixando entre si um extenso vão de parede, com uma grande e tosca chaminé. Os outros aposentos, bem poucos, apesar de terem demolidas as paredes divisorias, deixam ajuizar com exactidão da sua pequenez. Tambem serviam de aposentos regios as duas torres com que o paço confinava; mas cada uma apenas tem um quarto muito pequeno. Ao presente entra-se no paço pela torrre do norte, depois de se ter subido grosseira escada de pedra, encostada á muralha, d'esse mesmo lado, como as outras de que acima fallei.

(Continúa.

I. de Vilhena Barboza.

CAPELLA DE S. JORGE EM ALJUBARROTA, COMMEMORATIVA DA GRANDE BATALHA QUE ALI SE DEU

(Desenho do natural por J. R. Christino)

A SENHORA DUQUEZA

EXCERPTO

Vimos mortes apressadas
E vidas muy encurtadas
Doenças não conhecidas
Muytas canceiras nas vidas
Poucas vidas descançadas.

RES.—*Misc.*

Na noite de 1 de novembro, a Senhora Duqueza, tendo descido a ceiar á sala terrea, como de costume,—depois da ceia, seriam dez horas, mandou pedir acima á dona da sua camara, Beatriz Ennes, papel, tinta—«e dois ou tres vintens,»—que ella logo lhe enviou.

Escreveu uma carta, rasgou parte d'ella, talvez um rascunho, metteu no seio os fragmentos, «e, chamando o Roseymo, deu-lhe a parte que fechára, e disse, alto, que mandava resar umas missas. —«Que dicesse a Bastião Lopes que lhe dicesse tres missas,»—desenvolve a Anna.

O dia seguinte era o dos Finados, convém recordar.

O Vedor passára sem attentar n'ella, quando escrevia. Mas lá estava o porteiro, o João Gomes, que reparava em tudo, e ao qual a Senhora fez até notar que um dos vintens era maior do que os outros. [1]

D. Leonor subiu para os seus aposentos, e o porteiro, fechando as portas, foi ceiar, vindo depois deitar-se—«na cama que tinha n'esta mesma casa onde sempre dormia.»

A Senhora entrou no guarda-roupa, e d'ali a pouco disse que queria resar, e pediu os livros. Deram-lhe dois.

Resou, fez uma recommendação á Anna Ferreira, a moça,—«que se lembrasse do que lhe dicera ou fizesse o que lhe havia dito,»—conta a Beatriz;—esteve na camara, e voltando ao guarda-roupa pediu alguma cousa que comesse.

A dona deu-lhe—«umas amendoas confeitas e outras cousas.»

Comeu, e pedindo a sua bueta e uma tesoura abriu aquella e esteve cortando alguns papeis pequeninos que estavam n'ella. Depois foi para a camara.

A Beatriz ficou dando, ainda, umas voltas no guarda-roupa.

Cousa de meia hora mais tarde, entrando na camara para se deitar, encontrou a Senhora assentada junto da janella,—«onde soia fazer a dita devoção,»—e Anna Ferreira, a moça, dormitando, no chão, com a cabeça aos pés da cama da dona, que ficava, como já dissemos, atraz das cortinas da cama da Duqueza.

A Beatriz queixára-se um pouco:—«que se Sua Senhoria havia de fazer a devoção, que lh'o dicera, que a fizera mais cedo, porque então era já muito tarde.»

A candeia da camara tinha uma corrediça adiante, o que fazia com que ficasse no escuro o logar onde estava a Senhora.

A dona foi-se deitar sobre a cama, mas—«não podia dormir e se lhe agastava o coração, não sabia de que.»

Naturalmente, da rabugeira.

Passava da meia noite, é claro.

Vejamos agora o que succedia cá-fóra.

Ahi por onze horas, Antonio Alcoforado levantára-se do leito e fôra chamar o João Fernandes, pedindo-lhe muito que o acompanhasse, porque lhe interessava muito o passeio.

O criado recusára-se a principio, gracejando do caso, e o Antonio insistira; que o Roseymo lhe trouxera um recado a que não havia de faltar.

Quando chegados ao Charqueirão, disse-lhe que o esperasse alli e que se tivesse frio se fosse.

Como da outra vez, o Fernandes espreitou o, até ver abrir a janellla da camara da Senhora Duqueza.

Outros o espreitavam tambem, e melhor.

Eram o Guarda-roupa Pero Vasques e Pero Fernandes, o hortelão, acochados na sombra de uns loureiros, em frente das casas.

Entre a meia noite e a uma, viram um homem subir por cima dos aliceres e parede,—«que ora se faz, em direito a uma janella que está na dita camara onde a Senhora Duqueza dormia.»

Chegado ali, correra em redor da casa, voltára, pozera-se a apanhar qualquer cousa sobre que subira,—os cestos que serviam nas obras,—e começara a fallar com uma mulher—«que estava de dentro da janella.»—cujo vulto se desenhava na claridade da candeia da camara, mas que os espiões não puderam conhecer, por estarem afastados.

Da janella lançaram qualquer cousa,—uma corda,—com a ajuda da qual viram o homem subir, «alar-se»—diz o hortelão, e—«entrar por a dita janella na camara da dita Senhora.»

O Guarda roupa mandou então ao hortelão que fosse chamar o Senhor Duque, e elle foi-se pôr sobre os alicerces—«por onde o homem entrára.»—com uma chuça nas mãos, de sentinella.

De cima, porém, sentiram-n'o, e uma mulher disse-lhe, muito turvada:

—«Quem está ahi?»

Elle respondeu:

—«Sou Vasques. Esse homem que lá está dentro não saia nem se mova, porque, se sahir, matо-o. Aguarde o Duque que vae lá e ponha-se em suas mãos.»

O homem chegou então á janella e fallou-lhe:

—«Pero Vasques, deixai-me sahir pelo amor de Deus, não me mate o Duque!»

Era «Antonio Alcoforado, Moço fidalgo do dito Senhor, filho de Affonso Pires Alcoforado.»

O Vasques era amigo d'elle!

Mas não hesitou:

—«Em ma hora viestes. Não sahiaes *por aqui*, que se sahirdes mato-vos com esta chuça. Aguardae o Duque e pondo-vos nas suas mãos. Passareis com quatro ou cinco duzias de açoutes.»[1]

O Alcoforado interrogou ainda:

—«Não me matará o Duque?»

O terror da morte atravessára a alma da pobre creança. Era natural.

O Vasques, receioso de uma tentativa desesperada, atalhou:

—«Não. Açoutar-vos-ha.»

Póde ter-se por certo que o Guarda-roupa ou não acreditára que o moço fosse ali por causa de uma «rapariga da Duqueza,» apenas, como lhe dissera D. Jayme, ou não alimentava, já, grandes duvidas a tal respeito.

O Alcoforado, então, lançára pela janella uma espada.

O que se passava na camara da Duqueza?

Como vimos, Beatriz Annes deitára-se sobre a cama, com—«o coração agastado,»—deixando a Senhora sentada, junto da janella aberta, a fazer a sua devoção de resar quinhentas vezes o psalmo *De Profundis*, como ella dissera á Anna Ferreira.

O psalmo *De Profundis!*...

O grito dolorosissimo, o cantico afflicto, cheio de mystica ternura, das almas tyrannisadas! Um rosario de lagrimas bebidas na intima e derradeira esperança d'uma misericordia ideal!

—*De profundis clamavi ad te, Domine:*
Domine: exaudi vocem meam, etc.
—«D'este abysmo chamei por Vós, Senhor.
«Senhor: ouvide-me.
«Que os vossos ouvidos escutem a minha supplica.
«Se considerardes *as iniquidades que vão cá, Senhor;*
—«Senhor, quem permanecerá ante Vós?
«*Mas vós sois cheio de misericordia*, e eu esperei Senhor, *por causa da vossa Lei*
Minha alma amparou-se *na Vossa Palavra:*
«Minha alma esperou em Vós, Senhor.
«Israel espere no Senhor, desde o alvorecer á noite.
Porque o Senhor *é cheio de misericordia:*
E N'elle se encontra uma redempção abundante.
«E Elle proprio redimirá Israel de todas as suas iniquidades.
«Gloria a Vós, Senhor.
«*De profundis clamavi ad te, Domine:*
«*Domine: exaudi vocem meam*, etc.

Estranhas ironias da Fatalidade!

De repente a Beatriz ouviu a Senhora dizer,—«muito turvada, não muito claro:»

—«Quem sois?»

ou

E—Quem está ahi?»

«saltando apressadamente da cama, veiu a ella:

—«Jesus, Senhora, que é isto?»

E a Duqueza:

—Fallam ali em baixo.»

—Quem é?» perguntou.

E a Senhora:

—«E' Antonio Alcoforado.»

E debaixo diziam:

—«Dae-vos á prisão.»

Ouvindo a Duqueza fallar no Pagem, a dona teve talvez um rebate

Observou, sacudidamente:

—«Que tendes vós, Senhora, de ver com Antonio Alcoforado? Tirae-vos d'ahi e fecharei a janella.»

Mas a pobre Senhora, disse-lhe então:—que o Antonio Alcoforado estava ali dentro.»

Assombrada, os olhos da Beatriz penetrando na escuridão do recanto, viram o Pagem, ou antes,—porque é escrupulosa, sempre,—a sombra do Pagem,—«onde ambos estavam assim,»—assentados!

Levou as mãos á cabeça, exclamando:

—«Senhora, que é isto?!»

E abalou angustiada para o guarda-roupa, e a Senhora após ella, e a moça, a Anna Ferreira, que acordára

Esta, estremunhada, parecera-lhe ver entrar pela janella o Alcoforado. Diz que fôra já quando iam todas no meio da camara que a Duqueza dissera—«que era Antonio Alcoforado,»—e que olhando então para traz—«vira estar o Antonio Alcoforado em pé junto donde a Senhora estava resando e que debaixo da janella dizia Pero Vasques:—«Dae-vos á prisão.»

Tudo isto devia passar-se rapidamente, atrabalhoadamente.

No guarda-roupa, D. Leonor perguntou a Beatriz—«se sabia de algum remedio e se se poderia deitar o Alcoforado por uma janella fóra.»

Estava—«tão turvada que não acertava falla com falla.»

A dona—«fóra de si,»—só pôde responder—«que estavam todas as portas fechadas.»

E o Duque batia, rijo, em baixo, á porta da escada ..

Fôra n'essa noite, que estando já recolhida no quarto dos meninos, Francisca da Silva,—«a pessoa virtuosa preta,»—ouvira bater-lhe á porta a Anna Camella, dizendo-lhe, de fóra, que ía buscar umas chaves, e depois de entrar:

—«Não venho buscar chaves mas venho que me dees o papel que vos dei que me pediu agora a Senhora Duqueza a bueta.»

Era o tal em que estavam—«emborilhados»—os outros.

A Francisca dera lh'o, e deitára-se.

Anna Camella voltou,—«chorando, muito triste e contou que a Senhora estivera vendo a bueta e os papeis, e que então lh'a mandará levar para a sua camara e que lhe parecia que o Antonio Alcoforado havia de entrar aquella noite... porque ella mandára já abrir a janella.»

A Anna fôra-se, Francisca da Silva tornára-se a deitar, fechando a porta—«com uma pedra,»—quando, d'ali a pouco, ouviu a Senhora Duqueza abrir precipitadamente a porta do guarda-roupa e vir bater á da camara dos meninos, dizendo :

—«Abri-me lá, abri-me lá.»

E empurrando-a, entrou e foi,—«vestida e toucada como andava de dia, sem chapins»—apenas assentar-se sobre a cama da filha, a pequenina D. Isabel, [1] exclamando:

—«Sou morta!»

Assombradas, a ama da creança e a Francisca, perguntaram:

—«Que é isso, Senhora, como sois assim morta?

E ella:

—«Esta noite me hão de cortar a cabeça, que acharam um homem na minha camara. Resae todas por mim, que esta noite me hão de cortar a cabeça!»[2]

Terrivel desencantamento de alguns dias de cego e desopprimido enlevo, n'uma existencia de vinte e tres annos, que nunca a si propria se pertencera!...

A Beatriz, afflicta e confusa, abria a porta ao Duque quando este ia arrombal-a com uma tranca.

Cumprindo o mandado do Guarda-roupa Pero Fernandes, o hortelão do Reguengo, fôra dizer a D. Jayme que—«quem elle mandára velar jasia já dentro na camara da Duqueza e entrára pela janella, e lá ficára de guarda o Pero Vasques.»

---

[1] Sem pretensões a erudição barata:—estes vintens eram os *reaes de prata* de que fallam as Ordenações Manuelinas, e Aragão diz:—«Encontram-se *muito variados em tamanho*, legendas e logar onde se acha collocada a inicial da officina,» etc. A sua equivalencia intrinseca na moeda de hoje é de 78 réis. Logo, os *tres vintens* ou as tres missas, se elles não eram a gratificação do Roseymo, 324 réis.

[1] Era castigo usado para as travessuras dos pagens. Na *Eticheta que se praticava com a Casa do Duque de Brag. D. Theodosio* I, publ. nas *Prov. do Liv.* VI da *Hist. Gen.* lê-se a seguinte verba curiosa:—«Aos moços fidalgos, e pagens. Criava o Duque o melhor que podia trabalhando por os fazer discretos, e de muito criança, e para isso lhe dava mestres de Grammatica, e rhethorica, e mestres que os empunham nas armas, e outros que os ensinavam a cavalgar a brida, e castigava-os por suas travessuras, ou pollo servirem mal, tinha muita conta com elles serem bons christãos, *o castigo era muitas vezes açoutes*, e isto em quanto não eram acrecentados com algus fidalgos dos que aguora vivem o podem testificar, e tudo isto fazia por lhe não tomar avorrecimento *por suas travessuras ou desaquatos* pera os enderessar em lhe merecerem muitas merces, *e isto lhe ouvi eu açoutando algus já crescidos.*»

[1] Que pouco mais teria que um anno, se não erra Venturino na edade que lhe dá quando com a embaixada pontificia a viu.

[2] Como desejariam muitos litteratos ter encontrado a nota profundamente commovedora, communicativa d'esta phrase!...

Mais uma vez faço notar que todos estes dialogos são literalmente textuaes. Que distancia que vãe d'elles á linguagem postiça e fria que se põe na bocca dos personagens, ou mais propriamente dos titeres, de certos dramas pseudo-historicos!...

O Duque ordenára que continuassem velando, e que não deixassem que alguem sahisse pela janella, e despido como estava, e mandando ao camarista Fernão Rodrigues, que accendesse uma tocha e acordasse rapidamente Jorge Loureiro, o escrivão, elle proprio foi bater á sala de jantar, devagar,—«passo»—acordando o cerebero, o porteiro de D. Leonor, João Gomes.

Seria assim que batia, nas noites em que «lhe aprasia ir jaser com ella» !...

João Gomes accudiu prompto, e D. Jayme disse-lhe.

— «Está cá um homem na camara da Duqueza.»

Voltando dentro, tomou uma espada das mãos de Jorge Loureiro, deu-lhe uma rodella e a tocha, e seguiu acompanhado por elle, pelo camarista e pelo porteiro, que pegára tambem n'uma espada, direito á porta da escada.

Mandou a João Gomes que batesse rijo e pedisse depressa — «uma pouca d'agua rosada para o Duque.»

Como não abriram logo, D. Jayme lançou mão de uma tranca e bateu com tal força que quasi fez ir a porta d'entro. Acabou então de a abrir a Beatriz Annes.

Subiu o Duque rapidamente a escada, indo adiante Jorge Loureiro com a tocha.

A camara da Duqueza estava deserta !

Dirigiram-se á dos meninos, perguntando o Duque, diz o porteiro :

—«Quem entrou agora aqui?»

A porta abriu-se.

E a Senhora Duqueza, que estava sentada na cama de um dos filhos, respondeu,—diz a Francisca da Silva:

—«Não entrou ninguem. Eu estou aqui.»

E o Duque:

—«Que fazeis vós aqui. Senhora, a taes horas vestida!»

—«Estou com minha filha,»—respondeu D. Leonor.

D. Jayme não disse mais:—«começou de buscar debaixo das camas se estava outrem,»—e sahindo apressadamente deixou á porta João Gomes:

—«Ficae aqui,» — recommendou-lhe,— «e não deixeis sahir a Duqueza».

«João Gomes cerrou a porta e segurou—«o ferrolho.»

(Continúa.)

Luciano Cordeiro

A COMEDIA DA VIDA

O ROMANCE D'UM AMANUENSE

XVIII

—Quem é? perguntou o Quim com mau humor.

—Sou eu, o major Rodrigues, respondeu de fóra a voz trovejante do seu visinho do primeiro andar.

—Que massada! murmurou o Quim com os seus botões; mas não tinha remedio senão abrir a porta, primeiro porque era obrigado ao seu visinho, que noutes antes ainda lhe dera a hospitalidade, segundo porque tinha medo d'elle.

Correu o ferrolho, deu volta á chave e abriu a porta.

O major Rodrigues irrompeu pela casa dentro como um furacão levando adiante de si o Quim attonito e assustado.

—Feche a porta, ordenou-lhe o major com voz de poucos amigos.

O Quim espantado olhou-lhe para a cara.

Era tambem de amigos em numero muito limitado.

E o Quim não oppoz nada á ordem malcreada do seu visinho e fechou a porta.

O major agarrou-lhe então o pulso e apertando-lh'o como que n'um torniquete, puchou-o para a saleta tragicamente ameaçando com voz de stentor :

—E agora vamos conversar !

—Está doido ! pensou de repente o Quim cheio de pavor e lembrando-se então da conversa disparatadissima que com elle tivera na vespera á tarde.

—Sente-se, ordenou o major Rodrigues.

E o Quim sentou-se sem tugir nem mugir.

—Onde estava o meu amigo hoje ás seis horas da manhã ! perguntou o major com uma voz carregada de ironia.

—Hoje ás seis horas da manhã ! disse o Quim repetindo a pergunta.

—Sim, hoje ás seis horas da manhã.

—Estava em Massamá.

—Ha, estava em Massa...

—...Má ! concluiu o Quim muito surprehendido com a pergunta do major.

—Pois eu ás seis horas da manhã estava... estava... Veja lá se advinha onde eu estava ! surgiu o major Rodrigues.

—Não advinho não senhor, eu sou fraquissimo para essa historia de advinhações.

—Parece-me que o men amigo é fraquissimo para tudo...!

O Quim não respondeu.

—Vamos, lá advinhe ?

—Eu sei lá !..

—Advinhe ?

—Não posso senhor...

—Advinhe, já lhe disse ! gritou em tom imperativo o major Rodrigues caminhando para elle ameaçador.

—Estava nas Olarias ? balbuciou a medo o Quim

—O senhor imagina que eu sou de barro.?

—De barro todos nós somos, observou timidamente o Quim Barradas.

— Pois sim mas eu sou d'outra louça.

—Não duvido !

—Nem tem que duvidar !

—Não tenho, não senhor.

—Basta, não admitto observações.

O Quim calou-se engulindo em secco e olhando de revez para a porta a estudar o terreno para a fuga, para, dado o caso de vir a furia que elle sentia aproximar-se.

—Vamos ! Não era nas Olarias, era n'outro sitio. Que sitio era ?

—Não sei, não posso saber isso.

—Não póde ?

—Não senhor.

—Pois bem eu lh'o digo.

—É muito melhor !

—Ás sete horas da manhã, ás horas em que o senhor estava em Massamá, estava eu na Porcalhota!

—Ah ! foi ao coelho ?

—Fui ao diabo que o carregue, gritou o major fulo, erguendo os pulsos cerrados, e com os olhos a faiscarem colera.

O Quim poz-se em pé e de mansinho dirigiu-se para a porta.

—Onde vae o senhor !

—Eu... eu... vou lá ... lá dentro... e já venho;

—Sente-se ali !

—Estou sentado ! respondeu desanimado, coberto de suor, o Quim deixando-se outra vez cahir na cadeira.

—Então o senhor é tão vil, tão miseravel, tão cobarde, que não córa ao ouvir este nome : — Porcalhota !

O Quim não respondeu, e perguntava a si mesmo :

—Mas porque demonio heide eu corar ao ouvir fallar em Porcalhota !

—Não córa ? berrou nos paroxismos da indignação o major Rodrigues.

—Córo, sim senhor, já estou córado !

—E sabe o que eu fui fazer á Porcalhota, não é assim !

—Não senhor, não sei, desde o momento que não foi ao coelho não sei.

—Ah ! não sabe ? tornou a rugir o major.

—Não senhor !

—Nem calcula ?

—Tambem não senhor.

—Pois calcule lá

—Não posso calcular.

—Calcule, já lhe disse ! ordenou o major avançando para elle.

—Estou calculando, estou calculando, respondeu apressadamente o Quim.

—O que iria eu fazer á Porcalhota !

—Caçar, talvez,

—Acertou, fui caçar.

—Ah ! advinhei.

—Fui caçar ! Caçar homens !

—Caçar homens ! repetiu esbugalhando muito os olhos o Quim.

E com os seus botões tornou a ponderar com terror e ao mesmo tempo com compaixão :

—Coitadinho ! Está doido varrido !

—Mas o meu companheiro, que é um cobarde, que é um miseravel, que é um infame, fugiu !

—Ah fugiu ?

—Não sabia ?

—Não senhor.

—Ah! não sabia que o meu companheiro tinha fugido ?

—Não senhor.

—Então não sabe quem é esse companheiro ?

—Não sei.

—Ah ! não sabe ! tornou elle rugindo.

—Não senhor, o senhor não m'o tinha dito...

—Pois o senhor conhece-o.

—Eu ?

—Sim senhor.

—Pode ser.

—Não pode ser: é com certeza.

—Então é.

—E conhece-o muito intimamente.

—Muito intimamente ?

—Sim, veja lá quem será !?

—Não sei.

—Veja.

—Mau, tornamos á mesma disse comsigo, muito aborrecido o Quim.

E em voz alta respondeu, com certo mau humor que não conseguiu disfarçar de todo :

—Isso é que eu não posso ver.

—Esse companheiro .. esse companheiro, repetiu o major correndo para elle com os pulsos cerrados... esse companheiro era...

—Era.. perguntou o Quim recuando na cadeira e sob a impressão d'um fundo terror.

—Eras tu, patife, tu tratante, tu, miseravel, tu cobarde !

E cada um d'estes *tus* era acompanhado d'um violento socco sempre em *crescendo* até á sova final que acompanhou a palavra *cobarde !*

—Ó da guarda ! Ó da guarda ! Accudam ! gritou o Quim desapparecendo pela palhinha da cadeira, enterrado pelas mãos herculeas do major Rodrigues, que realmente parecia um doido furioso.

A Emilinhas ao ouvir aquella gritaria na saleta accordou estremunhada e sem ter coragem para se mecher, imaginando a casa cheia de ladrões e de assassinos, sentou se na cama a gritar tambem, com toda a força dos seus pulmões.

—Ó da guarda ! Aqui d'el-Rei !

A criada apezar do somno pezadissimo que a destinguia, não poude deixar de accordar ao estampido d'essa gritaria enorme, e muito mais resoluta que a sua ama, muito mais senhora de si, mulher de expedientes rapidos, agarrou um apito, que tinha sempre, previdentemente debaixo do travesseiro, e veio a correr pela casa fóra apitando como um bombeiro em frente d'um fogo que desabrocha.

Ao sentir o apito o major Rodrigues largou a sua victima e tirando da algibeira um bilhete de visita atirou-o á cara do Quim que enterrado pelo assento da cadeira não se podia mecher, dizendo-lhe :

—Estou ás suas ordens !

E dando um empurrão na criada que a fez cahir no chão, e engasgar-se com o apito, que na queda se lhe atravessou na garganta, abriu a porta, desceu a escada muito tranquillamente, sereno e olympico, como quem acaba de cumprir briosamente um dever sagrado.

(Continúa).

Gervasio Lobato.

REVISTA POLITICA

«O melhor da festa é antes da festa» e nós diremos: o melhor das eleições é antes das eleições.

E se não digam-nos; essa efervescencia que começa a desenvolver-se á ultima hora, não é muito mais animada que a madorra a que tudo depois volta, no estado habitual do nosso viver?

Vejam se o Algarve depois dará signal de si, a não ser com os seus figos passados e a sua alfarroba, expostos á venda por essas mercearias?

Digam-nos se o sr. Elvino de Brito se exporá depois, a ter a sorte de um general Bum, arriscado a transformar em saca-rolhas o sabre do sr. José Luciano?

Que no Algarve se comprem votos limpos (sic) a duzentos mil réis, valor estimativo que só se explica pela difficuldade de os encontrar, o que equivalle a passar diploma de muito esqualidos aos srs. algarvios?

Se as estradas, as pontes, as torres das parochias villarengas, em cubiçosos projectos empapelados, andarão em contradansa de negaças, de villa para villa, de aldeia para aldeia, a vêr quem as agarra?

Se as inspecções militares só encontravam mancebos invalidos para o serviço militar, representando cada um d'esses mancebos uns tantos votos a mais para o deputado do governo?

Se a navalha terá mais foros de arma legal mettida nas tripas famintas de qualquer regenerador?

Esperem lá que o sr. Correia de Barros volte a exhibir a sua arte de escamotear os recenseamen-

tos eleitoraes do Porto, com uma prestidigitação pouco limpa, mas que emfim satisfaz ás exigencias dos grandes males aos quaes é mister aplicar grandes remedios.

Diga-nos o leitor se toda esta actividade divertida, que traz os espiritos entretidos, n'esta boa terra pacata e erma de commoções, não desapparece ao concluir-se o acto eleitoral, voltando tudo ao «tanto se me dá como se me deu?»

Os que cantarem victoria terão apenas vencido a preguiça nacional; os vencidos, ter-se-hão apenas deixado vencer pela mesma preguiça, e como a indolencia é a feição dominante da nossa vida, lá se vae toda essa virilidade civica de que nos possuimos por um momento, e tudo ficará reduzido á indifferença politica que ha um bom par d'annos nos domina.

E no entanto, nos horisontes da patria acomulam-se nuvens de mau agouro, e é por isso que repetimos que, o melhor da festa é antes das eleições, porque depois, talvez a indolencia nacional seja despertada por um d'esses acontecimentos que pruduzem forte commoção n'um paiz.

Nós não quizeramos terminar a nossa revista por uma noticia triste, mas essa noticia tem tão grande importancia na politica, que não podemos deixar de a dar, ainda que para o leitor não seja novidade.

É que El-rei D. Luiz está perigosamente enfermo e essa enfermidade tem resistido tenazmente ás applicações da sciencia.

Temos guardado a maior reserva sobre este melindroso assumpto, sem nos fazermos echo do muito que na imprensa se tem dito a este respeito, mas n'este momenro esta noticia é uma triste verdade, não obstante o *Diario do Governo* não publicar noticias da saude da familia real.

E até depois das eleições.

João Verdades.

THOMAZ EDISON, INVENTOR DO PHONOGRAPHO

RESENHA NOTICIOSA

Veneza A formosa rainha do Adriatico vae passar por uma completa transformação.

Os seus canaes e os seus palacios decadentes vão desapparecer n'um espaço não superior a dez annos, que tanto é o tempo calculado para esta transformação feita com a ideia de livrar a nobre cidade dos seus canaes lamacentos pouco favoraveis á hygiene, e de lhe dar um aspecto moderno que lhe traga a vida que ella agora não tem.

Bem se vê que estamos na epoca do positivismo para não dizer-mos materialismo

Pinheiro Chagas. — Este eminente escriptor e parlamentar portuguez que se acha agora em Paris, onde foi visitar a exposição acompanhado por seu filho Mario, tem tido uma recepção brilhante entre a colonia portugueza e por parte de alguns homens mais importantes na politica, na sciencia e nas artes de França.

Pinheiro Chagas assistiu ao banquete dado em honra do Visconde de Cavalcante, brazileiro illustre que presidiu aos trabalhos da secção brazileira, na exposição de Paris, e que se retirou para a America.

N'esse banquete de despedida Pinheiro Chagas alcançou um assignalado triumpho pela sua palavra prestigiosa, n'um breve improviso que fez.

Discursava-se no banquete muito sobre o Brazil e ninguem se lembrava de Portugal. Pinheiro Chagas sentia-se maguado por este olvidio n'uma festa de brazileiros e portuguezes, na presensa de francezes, e essa magua levou-o a tomar a palavra para lembrar a sua patria n'aquella festa.

Logo ás primeiras palavras do seu improvisado discurso em francez, o auditorio rompeu em aplausos, e com a finura que caracterisa este notavel orador, elle soube exalçar a patria e ser extremamente amavel para o Brazil e para a França a quem dirige esta phrase: «On lui reproche d'allumer des incendies mais c'est elle qui brûle et c'est le monde qui est éclairé» phrase coberta de de aplausos.

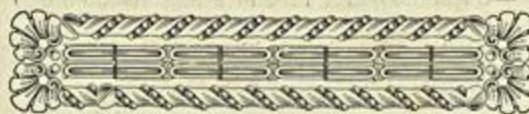
A Pinheiro Chagas respondeu Lavasseur principiando por dizer: «Brindo a Portugal que tem homens assim!».

O Cantor Francisco de Andrade. — Está alcançando grandes triumphos no Theatro Kroll de Berlim o nosso compatriota Francisco de Andrade. Tem cantado ali as operas *D. João*, *Rigoleto*, *Nocce de Figaro*, *Guilherme Tell*, *Baile de Mascaras* e *Africana*, e em todas tem recebido extraordinarios aplausos.

As condicções do seu contracto com o emprezario do theatro Kroll são o de receber 50 % da receita bruta em cada noite que canta, o que lhe dá uma paga bastante remuneradora e que no mez de setembro se elevou a 25:000 francos ou 4:500$000 reis de moeda portugueza.

Presentes offercidos por Leão XIII á Sé de Braga. Sua Santidade o Papa Leão XIII offereceu á Sé de Braga as seguintes alfaias de culto:

Uma prixide, uma planeta branca, uma planeta roxa, um veu de prixide, um veu de hombros, quatro amitos, duas alvas, seis corporaes, duas cottas; treze sanguinhos, treze manustergios e duas toalhas.

Jules Dupré — Falleceu em França este notavel pintor, um dos mestres da pintura de paisagem. Tinha 77 annos, pois nascera em Nantes em 1812.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

A Senhora Duqueza por Luciano Cordeiro, Lisboa, Livraria Ferin. Um vol. de 350 pag. in-8.º o primeiro dos *Serões Manuelinos* que o auctor se propõe publicar. Só hoje podemos dar noticia aos nossos leitores do bello livro *A Senhora Duqueza*, que o incançavel espirito investigador de Luciano Cordeiro teve arte de compor d'entre o pó dos archivos de Villa Viçosa; e com que arte elle o compoz, com que espirito critico elle compulsou os documentos esquecidos ou desprezados por outros auctores que antes d'elle se occuparam da negra tragedia de Villa Viçosa, apresentando com toda a sua realidade os protogonistas d'essa tragedia, que chegou a ter foros de lenda romantica, envolvida em falcidades historicas, que faziam do Duque D. Jayme um monstro de crueldade ou um louco, sem attenuantes absolutorias da nefanda morte dos dois amantes.

A Senhora Duqueza livro baseado sobre decumentos poderá parecer, só por este annuncio, o que muitos chamam uma massada, mas não se assustem esses leitores impacientes, porque o livro de Luciano Cordeiro lê-se desafogadamente, sem aborrecimento, o que é um verdadeiro achado no genero.

Não conhecemos auctor que melhor saiba fundamentar a sua narrativa com decumentos, sem que esses documentos esmaguem o leitor sob o seu peso.

Servir-se de documentos para com elles desenhar, para assim dizer-mos, os personagens, mettel-os no dialogo para dar todo o caracter real, dos individuos e do tempo á sua historia, e assim fazer viver no livro os personagens com toda a realidade, que tres seculos de lenda tinham deturpado, é um trabalho litterario para que não baste a vontade investigadora, senão a arte, a critica e o gosto do escriptor.

E é isto que se encontra no livro *A Senhora Duqueza*, como melhor o leitor poderá vêr no excerpto que n'outro logar publicamos e que descreve a scena da morte violenta da Duqueza e do pagem Antonio Alcoforado.

Revista Popular de Conhecimentos uteis, *periodico semanal illustrado, indispensavel ás familias, aos artistas e aos industriaes.* Lisboa, n.º 71 do II anno. Esta publicação continua a sahir a publico regularmente, com muito interesse para os seus leitores, pela variedade de conhecimentos que vulgarisa.

Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha, *contendo uma parte official por despacho de 5 de março de 1888 do Ministerio das Obras Publicas*, proprietario-director L. de Mendonça e Costa, engenheiro-consultor C. Xavier Cordeiro. Lisboa, n.º 43, de 1 do corrente. A utilidade d'esta publicação é inutil encarecel-a dizendo-se que é a unica que se publica no paiz, e com a qual, o commercio especialmente tem muito a lucrar.

Adolpho, Modesto & C.ª—IMPRESSORES
25 A 43 — RUA NOVA DO LOUREIRO — 25 A 43